

Educação como herança: os manuais de instrução para nobres portugueses no final do século XVIII, uma análise da carta do padre Francisco Luís Leal para o 2º Conde da Ega.

Renato Toledo Silva AmatuZZi

(Professor de História da Rede Pública do Estado do Paraná)

“É vergonhoso para aqueles que são bem nascidos não possuírem costumes correspondentes à sua nobre extração” Erasmo de Rotterdam, La Civilité Puérile.

O Iluminismo foi um movimento político, social, cultural e econômico iniciado na Europa no final do século XVII; quanto ao local exato de sua origem há divergências: para o historiador norte-americano Robert Darntonⁱ, o Iluminismo foi um movimento muito restrito com uma zona de influência limitada especificamente à cidade de Paris e a um determinado grupo de *philosophes*. Em contrapartida, a historiadora americana Gertrude Himmelfarbⁱⁱ afirma que o Iluminismo teve diversos focos de difusão, dentre eles as cidades de Edimburgo, Londres, Veneza, São Petersburgo etc , adquirindo assim várias características peculiares e pensadores que encarnaram o pensamento da época à medida que seus ideais foram ganhando adeptos e se fortalecendo.

Entretanto, o recorte espacial escolhido para o presente trabalho se dá na capital do Império Luso-Brasileiro, Lisboa, que passou por um processo particular de influência iluminista. É de difícil nomeação historiográfica o movimento que caracterizou as transformações políticas, administrativas, econômicas e culturais ocorridas em terras lusas no século XVIII; - isso se deve ao fato de haver no mesmo território forças intelectuais aparentemente antagônicas, como por exemplo, a presença de padres que traduziam obras de pensadores esclarecidos da Europa Continental e até mesmo dos Estados Unidosⁱⁱⁱ, e através desta nova visão de mundo, traziam para o seio da Igreja Católica princípios de renovação doutrinária e dogmática. Um exemplo é o filósofo e autor do manual que será aqui trabalhado, o padre Francisco Leal, ligado intimamente à Igreja e que, não obstante, era também

um entusiasta das novidades filosóficas da época. Fez traduções livres de obras iluministas; preocupou-se com um ensino articulado com esses novos ideais e com a formação tradicional católica.

Em Portugal, um dos precursores políticos desta forma particular de esclarecimento foi o ministro do período Josefino, Dom Sebastião de Melo e Carvalho, o Marquês de Pombal, que ascendeu politicamente e ganhou forças ao demonstrar ser um político de pulso forte durante o processo de reconstrução da cidade de Lisboa após o Sismo de 1755. O período que se sucede ficou conhecido como Despotismo Esclarecido e, assim como o Iluminismo Católico, também se mostrou antagônico. ^{iv}Pombal, ao mesmo tempo em que adotava uma série de medidas reformistas consoantes com os preceitos racionais que marcaram o século XVIII, iniciou um processo de perseguição política que visava aniquilar seus oponentes, expulsando os jesuítas de Portugal e condenando a Família Távora – responsabilizada por um atentado ao rei Dom José I – e a morte em praça pública do padre Malagrida.

Ao focar nas diversas reformas do período pombalino, deparamo-nos com as educacionais que receberam uma série de transformações, que neste caso delimitar-se-ão na criação das Aulas Régias aplicadas durante o processo de instrução inicial da mocidade portuguesa, destinadas aos pequenos nobres que recebiam educação formal da infância até a entrada na universidade^v.

As Aulas Régias tinham como objetivo preparar a nova geração para o ingresso nas universidades prestigiadas do país e do exterior, além de dar a instrução formal necessária para futuramente terem conhecimentos científicos e humanísticos sólidos suficientes para ocuparem cargos políticos, diplomáticos ou administrarem o legado material de suas famílias.^{vi}

A educação iluminista era a matriz principal das reformas educacionais pombalinas e tinha como missão “modelar uma nova modernidade conforme os modelos mais otimistas e utópicos, até este grau de aperfeiçoamento geral que representa, segundo Condorcet, o fim último da instituição social”. ^{vii}

Nessa perspectiva universalista da educação, destaca-se a educação moral e científica, em que a moral abrangeria seu viés religioso, civil e civilizador,

competindo às instituições educativas e seus quadros de mestres e doutos, a tarefa de educar para promover a emancipação e a regeneração dos indivíduos conformados com a modernidade.

Em 1801, Dom Aires José Maria de Saldanha Albuquerque Coutinho Matos – 2º Conde da Ega - membro de uma família nobre e influente nos mais restritos círculos da coroa lusitana – encomendou ao filósofo da Universidade de Coimbra, o padre Francisco Luís Leão, um plano de estudos elementares para a educação de Manoel de Saldanha, o 3º Conde da Ega. Embora o 3º Conde viesse a óbito aos seis anos de idade, vítima de uma moléstia súbita, os escritos do Pe. Francisco Leal são suficientes para observarmos alguns aspectos da época no que tange à educação: a influência da modernidade na formação básica e a influência do catolicismo. Mesmo durante o processo de secularização por que Portugal passou, durante as reformas pombalinas, era constante a preocupação de formar um nobre que estivesse apto à investidura de cargos de alta hierarquia e influência.

É neste contexto de nascimento das Aulas Régias, tentativa de transpor nas Luzes uma política de governo e do casamento entre a razão e a fé cristã portuguesa, que o Padre Francisco Luís Leal expôs todo seu pensamento acerca da necessidade de formar um cidadão exemplar e apostar na educação como único modo de transformação na vida pública e cívica. Porém, quando falamos de educação no século XVIII vale reforçar que a mesma era muito restrita, apenas para os círculos sociais mais abastados como destaca o próprio padre em seu plano de estudos:

“Falo da instrução dos Meninos Nobres e não do povo, porque a estes faltam muitas coisas. Quanto mais que este presente plano se dirige a uma educação particular: homens vastos em letras empreenderão a reforma dos estudos públicos. Se entre nós, nas camadas chamadas Educação, se ensinarem as matérias que aqui proponho quantas bênçãos não teríamos nós dos nossos Vindoiros! Não há, nem pode haver outro meio além do que aqui proponho para se formar um Povo ativo e instruído”.^{viii}

Esse trecho demonstra a preocupação com a educação como um meio para se atingir um fim maior, o do bem público. Este sentimento cívico, de preocupação com a esfera pública é uma característica muito marcante do período pombalino,

criar uma escola que antes de atender os interesses da fé, servisse aos imperativos da coroa.^{ix}

Outro fator interessante nos planos de estudos do Padre Francisco Leal é o modo como o mesmo sistematiza o conhecimento antes de ensiná-lo, dividindo o conhecimento humano em nove áreas, cada uma com suas subdivisões: a formação dos sentidos, as idéias abstratas, a Teologia Natural, a Filosofia Moral, a eloquência, a retórica, a cronologia, o ensino de línguas e a educação física.

Essas nove áreas seriam divididas em três grupos, conforme a faixa etária, da mocidade, juventude e maturidade; cada temática seria trabalhada de acordo com as necessidades e exigências tanto do educando, o 3^a Conde da Ega, quanto de seus mentores, o pai o, 2^o Conde da Ega e o filósofo Pe. Francisco Leal.

Para cada área do conhecimento, o padre filósofo indicava uma série de listas de livros para serem lidos e, possivelmente comprados pelo conde, para a formação de seu herdeiro. Dentre estas obras encontramos uma gama seleta de títulos e autores que variam desde os gregos antigos ao *best-seller* letrado da época, o livro “*O Verdadeiro Método de Estudar*” de Luís Antônio Verney, publicado em 1746.

“ O Plano que eu sigo não é por mim inventado; alguns sábios que me precederam, ministraram-me algumas luzes, e eu, trilhando a mesma vereda, vou correr rapidamente sobre este assunto ”. ^x

Com base no modo como Leal divide, organiza e pensa a educação da mocidade podemos elaborar a hipótese que, o filósofo que precedeu e contribuiu “com algumas luzes” durante a concepção deste manual de educação, foi o francês Jean Jacques Rousseau. Para Rousseau a educação era dividida em três momentos: o da infância, o da adolescência e o da maturidade. Em cada idade, um grupo de saberes deveria ser desenvolvido, por exemplo, durante a infância as ciências da natureza eram as mais aconselhadas, pois os fenômenos ao redor despertariam a curiosidade da criança para buscar o conhecimento científico; durante a adolescência, as matemáticas auxiliariam no desenvolvimento do pensamento racional e lógico, permitindo que a reflexão ajude no processo de

tomada de decisões; e, por último, durante a maturidade, o ensino das humanidades – História, Filologia, Filosofia Moral, Religião – que seria mais bem aproveitado, pois teria todo o pensamento estimulado pela curiosidade da infância e a lógica da adolescência para formular questões e pensar com mais clareza.^{xi}

Ao longo de sua carta ao 2º Conde da Ega uma série de autores são citados, demonstrando o nível de instrução de Francisco Leal enquanto filósofo. Por exemplo: Aristóteles, Platão, Sócrates, Comênio, Erasmo de Roterdã, Leibniz, Descartes e Condillac. Um segundo fator interessante é a leitura de filósofos portugueses, que ao escrever sobre as etapas das discussões intelectuais que seriam travadas entre mestre e discípulo, Leal afirma que *“com o tempo darei à mocidade uma das melhores obras de Vernei para estudar com proveito”*.^{xii}

Neste plano de estudos elementares é constante a menção ao campo da Filosofia Moral; esta, antes das Ciências Naturais, Exatas e das Ciências da Vida, era reforçada como de fundamental importância para a formação do discípulo. Conforme Ivan Teixeira o conceito de Filosofia Moral no período setecentista pombalino era relacionado à:

“Natureza racional ou racionalidade da natureza; propriedade determinada por Deus para que o homem pudesse atingir o conhecimento do próprio Deus e das coisas do físico e espiritual. As verdades racionais são aquelas que não exigem demonstração; o homem nasce com aptidão para admiti-las sem duvidar ou exigir explicações. Combate os vícios e indica o caminho das virtudes mediante a linguagem filosófica.”^{xiii}

Para o pensamento pedagógico da época, a Filosofia Moral estava intimamente ligada à punição e ao castigo como instrumentos de melhor aprendizagem e garantir através da disciplina severa um meio assegurador da ordem social.^{xiv} Com base nesse pensamento disciplinador, Leal se inspirou na obra de Joanna Rousseau de Villeneuve, autora de *“Aia vigilante: ou reflexões sobre a educação dos meninos”* (1769), que se tornou conhecido em Portugal após ser prefaciada e elogiada pelo Bispo Dom Manuel do Cenáculo.

Leal acordava também com o pensamento francês da época no que dizia respeito ao acesso feminino à instrução formal. A defesa do ensino feminino é presente no pensamento do iluminista francês Condorcet, que propunha o ensino

universal e a educação das mulheres para que, futuramente, elas viessem a educar seus filhos, pois as mesmas eram consideradas mestras por natureza.

Essa consonância de ideais com Condorcet é escrita por Leal no mesmo plano de estudos, onde afirma que: *“Acabemos então com o prejuízo de que as mulheres só devem saber aquilo que diz respeito ao governo do lar e a algumas artes agradáveis com que se distraem e rompem com sua perene ociosidade.”*^{xv}

O ensino das Línguas era também muito valorizado na educação e instrução da nobreza, não somente da portuguesa, mas da nobreza européia no geral. A francofilia se fazia presente, pois Paris, no século XVIII, era o centro radiante de cultura, artes e produção intelectual, que viria a ter cada vez mais influência à medida que os *philosophes* publicavam suas obras e as mesmas circulavam nas cortes de George III, na Inglaterra, até a rural corte de Catarina II da Rússia.

O francês, além de ser priorizado, era fundamental para todo nobre que pretendia ser ilustrado; e mais, caso almejasse a carreira diplomática ou científica, o francês era o “idioma universal” da Europa, falado, lido e escrito nos círculos mais restritos e esclarecidos do continente. Além do mais se fazia necessário o ensino de Latim, para não romper com as tradições eclesiásticas do catolicismo, uma vez que as missas, liturgias e as bíblias eram em sua maioria faladas e escritas em Latim.

Juntamente com a instrução esclarecida no idioma francês havia um código importantíssimo a ser ensinado a todo nobre: a etiqueta. Os bons modos e as regras de etiqueta, distinguiria a aristocracia do populacho, enquanto marcador de quem é nobre de quem não o é e que garantiria o entendimento e principalmente a sobrevivência dentro da sociedade de corte.

A etiqueta foi, nos séculos do seu apogeu (do século XV ao XVIII), um minucioso cerimonial regendo a vida em sociedade, das roupas ao uso da linguagem, das formas de tratamento até a distribuição do espaço “tudo era determinado pela lei e pelo costume.”^{xvi} Ela marcava o espaço que cada um ocupava dentro do rígido cosmos criado dentro dos palácios, seus protocolos eram seguidos à risca; uma boa educação era aquela que preparava homens e mulheres para obter melhor desenvoltura e, conseqüentemente, benefícios junto ao rei. O modelo apreciado era a do Palácio de Versalhes, na França, arquitetado pelo rei

Luís XIV, e que foi imitado nas cortes de Lisboa, Madri, Viena, Parma, São Petersburgo e Londres.

Durante o processo de escrita do tratado de educação para o, ainda bebê, 3º Conde da Ega, Francisco Leal deu ênfase à *“grande importância que a etiqueta ei de ter na vida do filho de vossa senhoria”*.^{xvii} Estas regras estavam ligadas também aos papéis que assumiriam na carreira eclesiástica, uma vez que eram comuns cargos, títulos e honrarias serem cedidas aos nobres em todas as esferas de poder – Exército, Monarquia, Igreja, Burocracia ; e perante aos altos escalões católicos a postura e a reverência eram indispensáveis.

Todos esses pontos destacados por Leal eram considerados como o método correto e indispensável para educar um nobre, contemplando as dimensões humanas, espirituais, políticas, físicas e artísticas da criança que se formava. Ela era preparada assim, para desempenhar o ofício que Deus havia lhe dado, o de nobre, homem civil e súdito fiel do rei, com funções de fazer jus aos títulos e propriedades que seriam herdados – mesmo, no caso, a família Aires Saldanha já ter vivido tempos melhores – e se comprometer com o reino e seus interesses. Para isso, era fundamental uma boa educação direcionada a estes ofícios predeterminados e adquiridos desde o nascimento até o leito de morte; e, como todo nobre de respeito da época, o estudante à francofilia, buscando uma instrução *à lá Française*.

O século XVIII foi um século turbulento na História da humanidade, um século de conflitos, apogeu e decadência de sistemas políticos, o auge da literatura, da música e da cultura erudita e popular que nos deixaram um vasto e rico legado em fontes para aqueles que fazem do passado seu ofício e paixão.

Uma destas fontes foi esse pequeno tratado pedido pelo 2º Conde da Ega para a educação de seu filho, ainda recém-nascido, elaborado de acordo com o pensamento pujante do iluminismo na França, e que tinha seus ecos ouvidos nos quatro cantos do mundo. Para isso, foi contratado o padre e professor de Coimbra Francisco Leal, que realizou trabalhos no Brasil, América Latina, França, Inglaterra e em Portugal. Era um homem culto, letrado, poliglota, porém que não aderiu totalmente aos pensamentos radicais franceses e valorizava a religião e a fé como essenciais à formação do caráter e da personalidade do homem. Nesse manual

vemos as tentativas de rupturas com os modelos de educação escolástica e jesuítica; entretanto, não se trata de uma ruptura total, caracterizando o movimento singular de esclarecimento a que chamamos Iluminismo Católico.

ⁱ DARTON, Robert. Os dentes falsos de George Washington. Editora Cia das Letras, São Paulo, 2005.

ⁱⁱ HIMMELFARB, Gertrude. Os caminhos para a modernidade: os iluminismos britânico, francês e americano. Editora Realizações, São Paulo, 2011.

ⁱⁱⁱ O Padre Francisco Luís Leal durante a carta escrita ao 2º Conde da Ega afirma que ele mesmo traduziu as obras iluministas que considerava importante para a instrução do 3º Conde da Ega.

^{iv} MAXWELL, Kennethy. Marquês de Pombal: o paradoxo do Iluminismo. São Paulo, Paz e Terra, 1993.

^v BOTO, Carlota. A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa. Editora Unesp, São Paulo, 1996

^{vi} FONSECA, Thaís N. Iluminismo e Reforma: civilidade, educação moral e práticas culturais dos professores régios. In: Revista Brasileira de Educação. Vol. 15, Nº 44, Rio de Janeiro, maio/agosto de 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782010000200006&script=sci_arttext

^{vii} GADOTTI, Moacir. O pensamento pedagógico iluminista. In: História das Idéias Pedagógicas. 2ª Edição, Editora Ática, São Paulo, 1994

^{viii} Pág. 12. LEAL, L. Francisco. *“Plano de Estudos Elementares traçados em maneira de carta, e dirigido ao Ilmo e Exímio Senhor Conde da Ega 2º, estando na Villa de Cintra sobre a educação literária do senhor Conde Manoel de Saldanha seu filho. Lisboa, Oficina de João Procópio Ferreira da Silva, impressor da Santa Igreja Patriarcal com autorização da Mesa do Desembargo do Paço, impresso em 1799.”* O documento está disponível no Acervo Digital Portugal and Brazil Collection da Johan Carter Brown Library.

^{ix} CARVALHO, L. R. de. As reformas pombalinas da instrução pública. São Paulo: Editora EDUSP, São Paulo, 1978.

^x LEAL. Página 13.

^{xi} GADOTTI, Pág. 85.

^{xii} Op. Cit. Página 56.

^{xiii} TEIXEIRA, Ivan. Mecenato pombalino e a poesia neoclássica: Basílio da Gama e a poética do encômio. Editora EDUSP, São Paulo, 1999. Pág. 260.

^{xiv} GADOTTI, Pág.88.

^{xv} LEAL. Op. Cit. Pág. 48

^{xvi} RIBEIRO, Renato J. A etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida. São Paulo: Brasiliense, 1983 (Coleção “Tudo é História”, Vol. nº 69), Página 7.

^{xvii} LEAL. Op. Cit, Pág 74.

Referências Bibliográficas:

BOTO, Carlota. A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa. São Paulo: Editora Unesp, 1996

CARVALHO, L. R. de. As reformas pombalinas da instrução pública. São Paulo: Editora EDUSP, 1978.

DARNTON, Robert. Os dentes falsos de George Washington. São Paulo: Editora Cia das Letras, 2005.

FONSECA, Thaís Nivea. . Iluminismo e Reforma: civilidade, educação moral e práticas culturais dos professores régios. In: Revista Brasileira de Educação. Vol. 15, Nº 44, Rio de Janeiro, maio/agosto de 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782010000200006&script=sci_arttext

GADOTTI, Moacir. O pensamento pedagógico iluminista. In: História das Idéias Pedagógicas. 2ª Ed.º São Paulo, Ática, 1994.

HIMMELFARB, Gertrude. Os caminhos para a modernidade: os iluminismos britânico, francês e americano. Editora Realizações, São Paulo, 2011.

LEAL, L. Francisco. "Plano de Estudos Elementares traçados em maneira de carta, e dirigido ao Ilmo e Exímio Senhor Conde da Ega 2º, estando na Villa de Cintra sobre a educação literária do senhor Conde Manoel de Saldanha seu filho. Lisboa, Oficina de João Procópio Ferreira da Silva, impressor da Santa Igreja Patriarcal com autorização da Mesa do Desembargo do Paço, impresso em 1799." O documento está disponível no Acervo Digital Portugal and Brazil Collection da Johan Carter Brown Library no link: <http://archive.org/details/planodeestudosel00leal>. Acessado em 26/02/2013.

MAXWELL, Kennethy. Marquês de Pombal: O paradoxo do Iluminismo. 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1997.

RIBEIRO, Renato J. A etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção "Tudo é História", vol. 69).

TEIXEIRA, Ivan. Mecenas pombalino e a poesia neoclássica: Basílio da Gama e a poética do encômio. Editora EDUSP, São Paulo, 1999.